

ano 8 – n. 14 | janeiro/junho – 2022  
Belo Horizonte | p. 1-198 | ISSN 2447-2026  
R. Bras. de Dir. Urbanístico – RBDU

**Revista Brasileira de  
DIREITO URBANÍSTICO**  
**RBDU**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

## Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU

### Coordenação Geral

Adriana Nogueira Vieira Lima, Lígia Maria Silva Melo de Casimiro e Mariana Levy Piza

### Coordenação Adjunta

Helena Duarte Marques e Hanna Cláudia Freitas Rodrigues

### Conselho Editorial

Dr. Alex Ferreira Magalhães (UFRJ)  
<http://lattes.cnpq.br/9383871504452656>

Dr. Emerson Gabardo (UFPR e PUC/PR)  
<http://lattes.cnpq.br/3091904591160385>

Dr. Álvaro Sanchez Bravo (Universidad de Sevilla, Espanha)  
<http://lattes.cnpq.br/5084987763906138>

Dra. Marinella Machado Araújo (PUC/MG)  
<http://lattes.cnpq.br/9567055202539882>

Dra. Betânia de Moraes Alfonsin (PUC/RS)  
<http://lattes.cnpq.br/2759534639224252>

Dra. Marise Costa de Souza Duarte (UFRN)  
<http://lattes.cnpq.br/8614705824393576>

Dr. Claudio Oliveira de Carvalho (UESB)  
<http://lattes.cnpq.br/8313743261334435>

Dr. Nelson Saule Junior (PUC/SP)  
<http://lattes.cnpq.br/7226929140345329>

Dr. Daniel Gaio (UFMG)  
<http://lattes.cnpq.br/3860243568106899>

Dr. Paulo Afonso Cavichioli Carmona (UNICEUB)  
<http://lattes.cnpq.br/0471763465230262>

Dra. Daniela Campos Libório (PUC/SP)  
<http://lattes.cnpq.br/7582517839705764>

Dr. Thiago Marrara de Matos (USP)  
<http://lattes.cnpq.br/5001783167154079>

Dr. Edésio Fernandes (University College London, Reino Unido)  
<http://lattes.cnpq.br/8715939045729830>

### Comitê de Pareceristas desta Edição

Liana Sílvia de Viveiros e Oliveira, Débora Sotto, Mariana Chiesa, Analice Nogueira Santos Cunha, André Araújo, Júlia Mattei, Vivian Lopez, Fernando Bruno Filho, Lucíola Cabral, Hugo Belarmino, Suyene Monteiro da Rocha, Gilmar Bittencourt Santos Silva, Caroline Müller Bitencourt, Miguel Etinger, Rodrigo Faria G. Iacovini, Bruno Soeiro Vieira, Jacqueline Alves Soares

© 2022 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737  
[www.editoraforum.com.br](http://www.editoraforum.com.br) / E-mail: [editoraforum@editoraforum.com.br](mailto:editoraforum@editoraforum.com.br)

R454 Revista Brasileira de Direito Urbanístico: RBDU. – ano 1,  
n. 1, (jul./dez. 2015) – Belo Horizonte: Fórum, 2015

Semestral  
ISSN impresso 2447-2026  
ISSN digital 2448-1386

1. Direito urbano. 2. Direito público. I. Fórum.

CDD: 347.81  
CDU: 349.44

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o  
Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são  
de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Capa: Igor Jamur  
Projeto gráfico: Walter Santos

# Sumário

## **DOCTRINA**

### ARTIGOS

Tutela justicial ambiental en la Unión Europea

<b>Álvaro A. Sánchez Bravo, Lucas Campos Jereissati</b> .....	9
1      Introdução.....	9
2      El convenio de Aarhus .....	13
3      Acceso a la justicia en materia ambiental .....	15
3.1    Intereses públicos, obligaciones y derechos pertinentes para el ejercicio de la tutela judicial .....	16
3.2    Legitimación activa.....	17
3.3    Alcance del control jurisdiccional .....	18
3.4    Tutela judicial efectiva .....	19
3.5    Costas procesales .....	20
4      Conclusiones.....	20
Referencias .....	21

Do federalismo das regiões às regiões metropolitanas: reflexões federativas à luz da política urbana brasileira

<b>Betânia de Moraes Alfonsin, Mateus Côrte Vitória</b> .....	23
1      Introdução .....	23
2      A política urbana brasileira e o federalismo centrípeto.....	25
3      Considerações finais.....	36
Referências .....	37

O direito à moradia entre a relativização e a invisibilidade: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nas Reclamações Constitucionais relacionadas à ADPF nº 828

<b>Marcelo Eibs Cafrune, Marcela Simões Silva, Thamara Madeiro Melo</b> .....	39
1      Introdução .....	40
2      Direito à moradia e pandemia: ADPF nº 828.....	42
3      As Reclamações Constitucionais e os posicionamentos dos Ministros e Ministras do Supremo Tribunal Federal.....	50
3.1    Ministro Alexandre de Moraes.....	52
3.2    Ministra Cármen Lúcia.....	54
3.3    Ministro Edson Fachin .....	54
3.4    Ministro Luís Roberto Barroso.....	56
3.5    Ministro Nunes Marques .....	57
3.6    Ministro Ricardo Lewandowski .....	58
3.7    Ministra Rosa Weber .....	59
4      Entre a relativização e a invisibilidade do direito fundamental à moradia.....	60
5      Conclusão .....	62
Referências .....	64

A cidade inteligente e sustentável: o exemplo da <i>Smart City Laguna</i>		
<b>Árcia Fernandes Correia, Robson Martins</b> .....		67
1	Introdução .....	67
2	A sustentabilidade e a cidade sustentável .....	68
2.1	A sustentabilidade no ambiente urbano .....	68
2.2	O planejamento da cidade sustentável.....	70
3	Os fatores da sustentabilidade .....	71
3.1	Planejamento para a sustentabilidade .....	71
3.2	O desafio das cidades sustentáveis .....	72
4	O conceito de cidade inteligente.....	73
4.1	Bases conceituais das cidades inteligentes .....	73
4.2	Cidades inteligentes e sustentabilidade .....	75
5	A cidade inteligente e sustentável .....	76
5.1	Pressupostos de uma cidade inteligente e sustentável .....	76
5.2	A <i>Smart City Laguna</i> .....	77
6	Considerações finais.....	79
	Referências .....	81
Os 20 anos do Estatuto da Cidade		
<b>João Aparecido Bazzoli</b> .....		83
1	Introdução .....	83
2	Evolução da legislação urbana brasileira .....	86
3	Constituição Federal de 1988: um novo marco legal .....	88
4	Estatuto da Cidade .....	90
5	Problemas e obstáculos para a regularização fundiária urbana no Brasil.....	93
6	Análise dos 20 anos do Estatuto da Cidade .....	95
7	Considerações finais.....	100
	Referências .....	101
A Outorga Onerosa do Direito de Construir como instrumento de política urbana do município de Niterói		
<b>Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues, Cristiano Dias Tebaldi</b> .....		103
1	Introdução .....	103
2	Processos de urbanização e de valorização da terra.....	105
3	Outorga Onerosa do Direito de Construir .....	110
4	Breves apontamentos sobre a política urbana do Município de Niterói e a regulação da outorga onerosa .....	112
5	A arrecadação com a OODC em Niterói entre 2011 e 2017 .....	116
6	Considerações finais.....	120
	Referências .....	122
Tributação ecológica municipal: um estudo de cidades portuguesas e espanholas		
<b>Laís Ferreira da Silva, Kelly Ohana Santos Silva, Tânia Cristina Azevedo</b> .....		125
1	Introdução .....	126
2	Revisão de literatura .....	127
2.1	Aspectos conceituais de impostos ecológicos (verdes/ambientais).....	127
2.2	Estudos anteriores sobre impostos ecológicos (verdes/ambientais) na Europa.....	131
3	Metodologia .....	134
3.1	Alcance do estudo .....	135
3.2	Técnicas e procedimentos adotados.....	136

4	Resultados e discussões.....	137
5	Considerações finais.....	142
	Referências.....	143

A política de regularização fundiária e o acesso à terra: uma análise do direito fundamental de moradia no país

<b>Adriana Castelo Branco de Siqueira, Cândida Alves Araújo, Samara Eugênia Viana Moura Rabêlo</b> .....		
		147
1	Introdução.....	148
2	O direito constitucional à moradia como garantidor da dignidade da pessoa humana.....	149
3	Ser cidadão na “selva de pedra” e os ditames constitucionais.....	153
4	A regularização fundiária urbana de interesse social como garantidora do direito à moradia.....	154
5	O direito fundamental à moradia na realidade do país.....	157
6	Percurso metodológicos adotados.....	158
7	Considerações finais.....	159
	Referências.....	160

Covid-19: funções sociais da cidade e da propriedade e alterações na dinâmica urbana

<b>Thais Trench Falcão</b> .....		
		165
1	Introdução.....	165
2	Conceitos e definições legais relevantes.....	166
2.1	Cidade: conceito e história.....	166
2.2	Direito à cidade.....	168
2.3	Função social da propriedade.....	170
2.4	Funções sociais da cidade.....	171
2.5	Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).....	172
3	Problemática na pandemia.....	174
3.1	Um conflito de direitos: necessária atuação do Estado.....	174
3.2	DSA, DSS e <i>lockdown</i> : diferenças e tecnologias de mapeamento de dados.....	176
3.3	Alterações na dinâmica urbana e impactos das medidas restritivas.....	178
3.4	Pandemia sob o prisma da desigualdade social.....	181
3.5	Solidariedade na pandemia: a importância de laços comunitários.....	184
3.6	Mecanismos urbanísticos de promoção das funções sociais da propriedade e da cidade em meio à crise sanitária.....	185
4	Conclusão.....	189
	Referências.....	191

Instrução para os autores.....		197
--------------------------------	--	-----